



PLANO DE AÇÕES INTEGRADAS DA FOZ DO RIO DOCE

KAIRÓS
Desenvolvimento Social

25/11/2019

Introdução	3
As seis vilas	6
Cenário	8
A APA	11
Foco no território	16
Plano	19
Objetivo geral	19
Objetivos específicos	19
Diretrizes	20
Eixo 1 - Estrutura local	20
1.1. Retrofit urbano	20
1.2. Infraestrutura urbana e de acesso	20
1.3. Políticas públicas	21
1.4. APA	21
Eixo 2 - Cadeias produtivas	21
2.1. Adequação e modernização de cadeias produtivas e culturas	21
2.2. Capacitação	22
2.3. Ambiente empreendedor	23
Eixo 3 - Negócio do turismo	23
3.1. Plano de turismo	23
3.2. Inserção no trade de turismo	24
4. Eixo transversal - Participação social e comunitária	24
5. Definições operacionais e organizativas	24
5.1. Financiamento e investimento	24
5.2. Governanças	25
6. Estratégia de arranque	25
PLANO DE AÇÕES	26
Referências	32
Anexo 1: Ações da Fundação Renova na Foz	33
Programas	33
Obras	42

Introdução

Este plano tem por objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico da Foz do Rio Doce¹ adotando o turismo como atividade norteadora. A opção pelo turismo foi consolidada a partir da Nota Técnica 16 da CT ECLET e da Estratégia Integrada para a Foz a Partir do Turismo, tal como pactuada na Oficina de Alinhamento e Contribuições para a Reparação e o Desenvolvimento da Foz do Rio Doce, em dezembro de 2018.

Além disso, importantes iniciativas de atores locais, consideradas neste estudo, apontavam a mesma direção. Planos de Ação para Regência e Povoação, elaborados em 2016, definiram como um de seus macro-objetivos o “reestabelecimento da capacidade produtiva e do desenvolvimento do arranjo turístico na região, da pesca e grupos produtivos”². Nesse mesmo ano, foi elaborado parcialmente pela Petrocchi Consultoria o “Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo na Foz do Rio Doce”³.

Instituições comunitárias da região também se manifestaram no sentido da “implantação do programa integrado de turismo sustentável das comunidades”, em carta endereçada ao Comitê Interfederativo (CIF), em dezembro de 2017, com 18 organizações signatárias.

O plano deve levar em conta, ainda, o processo em curso de criação de uma Unidade de Conservação (UC), na categoria de Área de Proteção Ambiental (APA) da Foz do Rio Doce. Ela está em fase de conclusão de estudos técnicos e deve ser submetida brevemente à audiência pública.

A proposta de criação de uma Unidade de Conservação na Foz remonta pelo menos ao início dos anos 2000. Com mais consistência, em 2007, no âmbito de uma

¹ Seguindo a definição pactuada no Grupo de Trabalho da Foz e a definição da área da APA, estão incluídas para os fins deste trabalho as localidades de Regência, Povoação, Degredo, Areal, Entre Rios e Comboios. Pontal do Ipiranga ainda pode ser considerada como comunidade a integrar esse plano, após avaliação se a sua identidade e coesão faz mais sentido nesse grupo ou com Guriri e Conceição da Barra.

² A elaboração do plano de Povoação foi conduzida pela Associação dos Moradores de Povoação do Rio Doce, Associação dos Pescadores e Assemelhados de Povoação, Associação Cultural de Povoação e outros segmentos, com apoio do Pojeto Tamar, tendo como facilitador Carlos Sangalia (Projeto Tamar, CBHBSFRD). Em Regência, o trabalho foi conduzido por quatro relatores entre o grupo (Aline Goulart de Barros/ASR, Ana Burnier/Regência Viva, Luciana Cunha/AMOR e Turismo, Nelson Barcelos (morador/apoio aos agricultores) coordenado por Carlos Sangalia (mediador). Fizeram parte do trabalho as instituições e grupos: AMOR, ASPER, Associação Comercial, Associação Cultural Congo de Regência, Associação de Artesanato, Associação de Surfe de Regência – ASR, Associação de surfe de Linhares – ASL, Escola EEFM Vila Regência, Fundação Pro Tamar, Projeto Tamar/ICMBio, CBHBSFRD, Cia de Artes Regência Augusta, Regência Viva, representantes das igrejas, Liga de Futebol de Regência, Associação dos Ribeirinho e outro representantes da comunidade de Entre Rios, pesquisadores e outros moradores e segmentos.

³ Mario Petrocchi, que elaborou o documento, foi o primeiro secretário de Turismo do ES, quando a pasta foi criada em 1999. Ele possuía grande conhecimento da região da Foz. Faleceu em agosto de 2016, antes de finalizar integralmente o Plano Estratégico aqui mencionado.

cooperação entre a UNESCO e a Cooperativa Mista de Trabalhadores Conservacionistas-CONSERVE, foram elaborados os primeiros estudos aprofundados para esse fim⁴.

Já naquele momento, o turismo era considerado um tema central para a criação da Unidade de Conservação e visto pelas comunidades de Regência, Povoação e Degredo como uma opção para o desenvolvimento local. Foram construídas, participativamente, as propostas de: elaboração de projetos de ecoturismo; estímulo ao turismo náutico; desenvolvimento do turismo comunitário; aquisição de materiais para o desenvolvimento do turismo, artesanato e pesca esportiva na região; e desenvolvimento do turismo de pesca esportiva⁵.

A definição do turismo como atividade econômica norteadora dever ser considerada como construção de uma matriz de desenvolvimento sustentável na Foz. Em lugar de recompor a situação anterior ao rompimento da barragem e seus efeitos, trata-se de atingir padrões mais elevados de desenvolvimento. **Mais do que compensação e reparação, é um legado à região**⁶.

Nesse contexto, o turismo não se apresenta como uma atividade econômica que venha substituir as cadeias produtivas e formas de vida locais, mas sim como estratégia de fortalecimento local - aprimorando ou transformando o que existia, criando novas cadeias e novas formas de inclusão econômica e social. A matriz do turismo como norteador do desenvolvimento local não pode se configurar com a exclusão ou expulsão das comunidades locais, nem como geração de renda concentrada em benefício de poucos investidores ou operadores.⁷

Ao mesmo tempo, para ser viável, a atividade turística necessita de um ambiente de negócios e empreendimentos, conectado ao trade do turismo do país. Por isso, na proposta de Plano Estratégico para o turismo da região, elaborado em 2016 pela Petrocchi Consultoria, afirma-se que

*Só com a participação efetiva dos empresários o planejamento do turismo tem chance de ter sucesso. Daí a proposição de priorizar ações de mercado.*⁸

Os planos de ação elaborados coletivamente em Regência e Povoação também identificam a necessidade de ações estruturantes de mercado para o crescimento do

⁴ Em 2007, a proposta desse estudo era de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, categoria de Unidade de Conservação mais restritiva do que a APA.

⁵ UNESCO/Conserve 2007, pp. 30, 34 e 36

⁶ A Nota Técnica 16 já indica essa direção: “De fato, o impacto gerado pelo rompimento da barragem de Fundão comprometeu toda a atividade econômica da região da Foz do Rio Doce, até então baseada na relação com o rio e o mar, seja em atividade de pesca, do esporte ou do turismo. Indicamos, portanto, a necessidade de preparar sua infraestrutura para uma nova matriz econômica sustentável, que fortaleça o turismo dentre as atividades”.

⁷ Essa observação é referendada pela Declaração de Ecoturismo de Quebec, em sua segunda recomendação ao setor privado, aplicável neste caso ao turismo com um todo na Foz: “Ter em mente que, para ser sustentável, um empreendimento de ecoturismo precisa ser rentável às partes envolvidas, incluindo proprietários, investidores, gerentes e empregados, assim como às comunidades e às organizações de conservação presentes na área onde a atividade é desenvolvida.” A Declaração de Quebec foi aprovada em 10 de junho de 2002 pelo Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP) e pela Organização Mundial do Turismo (OMT)

⁸ Petrocchi 2016, p. 9

turismo, mantendo, contudo, a concepção de turismo de base comunitária. A primeira ação em ambos os planos, considerada como prioridade de curto prazo, é o “macroprograma de turismo com planejamento, estruturação, fomento, marketing, difusão, e outras ações estruturantes”, que inclui

“as ações: de organização e gestão do setor e do Comitê Gestor do Turismo, ações de capacitação, formatação e estruturação do destino Foz do Rio Doce e dos pacotes turísticos existentes e a serem criados, promoção dos pacotes e do destino, estruturação do turismo pedagógico/científico com vouchers (reservas de pacotes nas pousadas pela Empresa Samarco para escolas e imprensa), elaboração do plano estratégico de marketing, divulgação e venda do destino e dos pacotes, estruturação e apoio a gestão da empresa de receptivo”⁹.

Isso leva à necessidade de criar um modelo que garanta o crescimento econômico do negócio de turismo ao lado e no mesmo patamar do desenvolvimento sustentável, do respeito ao meio ambiente e da geração de riqueza e qualidade de vida para as comunidades locais. Esse modelo tem três eixos:

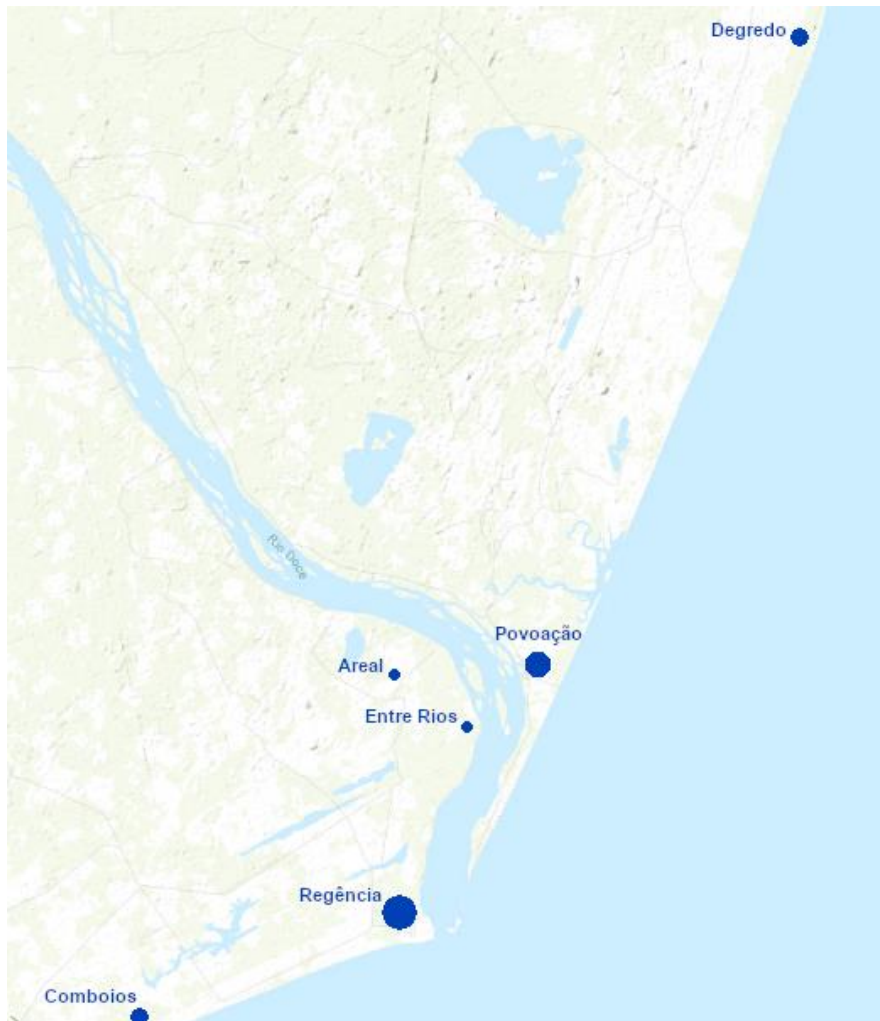
- Estruturação local, que garanta infraestrutura e qualidade de vida aos moradores, ao mesmo tempo em que torne a Foz do Rio Doce uma região atrativa e competitiva do ponto de vista turístico
- Potencialização ou readequação das cadeias produtivas locais, para que se tornem economicamente viáveis e geradoras de riqueza para as comunidades, conectando-se direta ou indiretamente com a atividade turística
- Criação de estrutura locais de negócios de turismo e inserção da Foz do Rio Doce no trade de turismo.

⁹ Regência 2016, p. 8 / Povoação 2016, p. 6

As seis vilas

As seis principais localidades da Foz do Rio Doce possuem, cada uma, características próprias, que devem ser respeitadas e potencializadas por este plano de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, devem ser consideradas como um conjunto interligado, que expressa diferentes modos de vida, culturas e atrativos de uma mesma região.

A localização das seis vilas



Essa interligação precisa ser, em primeiro lugar, física. A unidade do destino turístico a ser desenvolvido requer rotas seguras de ligação e circulação entre essas localidades. Hoje o deslocamento é demorado e pouco confortável. Não há sistema regular de travessia do rio, para ligação das margens Sul e Norte do Rio Doce. O deslocamento por terra de Regência a Povoação, por exemplo, requer um percurso de 86 km, para utilização da ponte próxima à sede do município de Linhares.

Entre as localidades, Povoação e Regência, com 1,8 mil e mil moradores respectivamente, têm maior dimensão e diversificação econômica. Elas constituem os dois

possíveis polos organizadores de um roteiro das seis vilas. Degredo e Comboios contam cada um com cerca de 500 habitantes, Areal com aproximadamente 200 e Entre Rios, menos de 100.

Entre as seis vilas, há duas comunidades tradicionais reconhecidas: indígena em Comboios (tupiniquim) e remanescente de Quilombo em Degredo. Além disso, Areal está em processo de reconhecimento como comunidade indígena (botocudos, com ramificações tupiniquins).

A diversidade cultural e de proporção populacional implica a existência de diferentes modos de vida e atividades econômicas - embora a pesca esteja sempre presente. Todas elas têm também manifestações e festas culturais e tradicionais.

Povoação e Regência têm características semelhantes: tradição de pesca e turismo, com praias atrativas para lazer e esportes aquáticos, além de agricultura familiar/hortas, artesanato e atividades culturais.

Areal e Entre Rios também compartilham algumas características, devido ao foco que havia na pesca artesanal e na agricultura, com cultivo de cacau e agricultura familiar, em comunidades de mais difícil acesso. Nessa região, foi identificada ainda a extração ilegal de areia.

Comboios é uma aldeia indígena, com atividades de pesca, caça, agricultura e artesanato. Degredo vem de uma tradição de pesca e agricultura e, recentemente, passou a abrigar uma fábrica de biscoitos de coco, construída pela Petrobras em razão de condicionante ambiental.

O traço de união das seis vilas é a riqueza ambiental e, na diversidade, a riqueza tradicional, histórica e cultural. A possibilidade de oferecer contato com tradições indígenas, quilombolas, de pesca artesanal, em um meio ambiente rico e com opções de lazer é que dá sentido à aposta no desenvolvimento pelo turismo com foco ecológico, cultural e esportivo.

Esse conjunto interligado e seu traço de união, no entanto, neste momento, são apenas potenciais. As vilas estão ainda desligadas entre si, enfrentando dificuldades ou paralisia de cadeias produtivas, com problemas de infraestrutura e sem alternativas turísticas atraentes e de padrão competitivo - como será mostrado no cenário apresentado abaixo.

Há, portanto, a necessidade de um duplo movimento: fortalecimento de cada localidade e criação de interligação entre elas, construindo um conjunto atrativo e diversificado, um amplo “resort natural a céu aberto”, com padrão visual e ambiental de um patrimônio histórico-cultural preservado e convidativo. Para que isso dê frutos para o desenvolvimento, dependerá de um terceiro elemento: o trade do turismo.

Cenário

A atividade econômica da Foz anterior a 2015 não havia alcançado grande desenvolvimento. A pesca, de base artesanal, com importante significado cultural e como modo de vida, não ultrapassava significativamente o nível da subsistência. As condições da cadeia da pesca no litoral norte do ES, incluindo a Foz, foram analisadas no PEDEAG - Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba 2015-2030, do governo do Estado. Os resultados¹⁰ mostram dificuldades e declínio da atividade, com práticas de manejo ineficientes, equipagem rudimentar e aumento da idade média dos pescadores, indicando que as novas gerações não seguem mais a profissão da pesca.

O Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável para as Comunidades do Entorno da Reserva Biológica de Comboios, elaborado ainda em 2002, já identificava problemas, como limitações de porte e de condições adequadas das embarcações para pesca em alto-mar, falta de qualificação de mão-de-obra e capacitação, declínio dos estoques pesqueiros tradicionais, produção insuficiente, entre outros¹¹.

Na agricultura, o mesmo plano identificou em 2002 ausência de condições de acesso à terra, migração da mão-de-obra para outros setores e ausência de incentivo à agricultura familiar. Estão presentes, nas comunidades da região, atividades agrícolas de baixo retorno financeiro, como produção de hortaliças, cacau e manejo do coco¹². No caso do cacau, a produção ficou praticamente inviabilizada junto às populações ribeirinhas devido à vassoura de bruxa. Em Degredo, há restrições para a agricultura familiar devido à tubulação da Petrobras que passa pela região e impede a instalação de lavouras

O turismo anterior a 2015, por sua vez, também apresentava sinais de enfraquecimento e baixa capacidade econômica. Isso foi atestado pelo diagnóstico feito pelo Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística - Região Verde e das Águas¹³, também do governo do Estado, em 2006. As deficiências identificadas permaneceram ao longo dos anos e estão presentes ainda hoje na região:

- Falta conhecimento/parâmetros de experiências/modelos bem-sucedidas para hotelaria e gastronomia
- Hotelaria com equipamentos antigos e sucateados
- Baixo grau de aproveitamento do potencial turístico dos atrativos
- Inexistência de receptivos
- Sinalização turística insuficiente
- Baixa oferta de “compras”: produção artesanal restrita e pouco qualificada
- Assoreamento e poluição dos rios

¹⁰ Espírito Santo 2015, p. 130

¹¹ TAMAR 2002, pág. 45

¹² H3M 2017 pp. 9-12

¹³ Compreende Aracruz, Conceição da Barra, Linhares e São Mateus, além de Ibirapu, Jaguaré, João Neiva, Rio Bananal e Sooretama. O estudo observa que os quatro primeiros municípios respondem por 90% da estrutura hoteleira e efetivamente recebem fluxo turístico.

Às deficiências expostas acima adicionam-se ainda as questões de infraestrutura urbana, em especial saneamento básico, coleta/destino do lixo e vias de acesso adequadas, e estrutura comercial e de negócios¹⁴.

Os efeitos do rompimento da barragem agravaram a situação anterior, já relativamente precária. No caso da pesca, houve a proibição mesmo da atividade, com consequências na própria dinâmica social, conforme relatado no “Diagnóstico e avaliação de impacto: turismo, cultura, esporte e lazer: Linhares”, feito pela Synergia Consultoria Socioambiental para a Fundação Renova. Ao fazer referência a um estudo específico sobre Regência e Povoação, o diagnóstico afirma:

*A pesca era uma atividade tradicional das comunidades litorâneas. Sua proibição levou a busca de alternativas de trabalho, o que ocasionou uma mudança do modo de vida e da cultura. O auxílio recebido pelos pescadores também foi causa da mudança da dinâmica local, uma vez que começaram a receber uma renda mensal, quando antes estavam acostumados culturalmente a trabalhar todos os dias e a receber pelo dia de trabalho.*¹⁵

No caso do turismo, houve o impacto negativo causado pela chegada da pluma e da repercussão do rompimento na imagem da região.

*A informação mais divulgada pela mídia era de que a pluma de sedimentos era tóxica, porém não houve informação precisa sobre o grau de toxicidade, o que gerou dúvidas e impactou negativamente na imagem do município e contribuiu para a redução do fluxo turístico.*¹⁶

Em Regência, há um exemplo desse impacto. A Agência Regência Ecotur, fundada em 2009, fechou as portas em maio de 2019. Entrevistada para este trabalho, a proprietária Luciana Cunha relatou que houve uma grande retração do turismo baseado em atividades ligadas ao mar e às praias. Segundo ela, a falta de informações sobre a qualidade das águas gera muita insegurança e afasta o turismo. “Ninguém tem percepção de melhoria, pois as informações não são divulgadas”, diz.

Como estratégia alternativa, ela afirma que “virou para a terra” e passou organizar trilhas e passeios ecológicos, visitas educativas à região impactada, passeios de bicicleta com paradas nas casas dos moradores, entre outros projetos que elaborou. No entanto, afirma que restrições ambientais impediram a concretização da estratégia.

Essa mesma preocupação com a falta de informações sobre a situação de contaminação das águas surgiu no diagnóstico de Linhares como fator de afastamento do turismo. Em oficina com operadores de turismo da região, a questão foi levantada.

O trade turístico reivindica informações precisas e confiáveis, de acordo com as manifestações da oficina. As perguntas feitas por turistas, reais e potenciais

¹⁴ Um exemplo dessa dificuldade está nos meios de pagamento aceitos em Regência. Em 2017, apenas um estabelecimento de alimentação (um restaurante) aceitava cartões de crédito ou débito, segundo relato de um blog de viagens (<https://www.pelomundocommanu.com/regencia-ainda-vive/>)

¹⁵ Synergia 2019, p. 152

¹⁶ Idem, p. 148

– ao, por exemplo, consultarem um meio de hospedagem para uma reserva – são respondidas de forma titubeante e ambígua, por não haver divulgação oficial periódica que lhes permita ter segurança de conhecer as implicações de um banho de mar, por exemplo. A insegurança é transmitida para a demanda que, na dúvida, prefere escolher outro destino de lazer.¹⁷

O impacto sobre as atividades de mar e praia (banhos de mar, surfe, pesca esportiva) atingem os atrativos turísticos até então mais fortes da área, pelo menos de Povoação e Regência. As praias foram, por exemplo, o único atrativo de Linhares valorado como de maior categoria (“A”) no Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística - Região Verde e das Águas¹⁸. Além disso, a mesma questão se coloca para a cadeia da pesca local, que só será viável se superar o rótulo de “peixe da lama”.

O ponto chave aqui é clareza e confiabilidade de informações públicas. Na carta endereçada ao CIF em dezembro de 2017, as organizações comunitárias da Foz do Rio Doce já reivindicavam “urgente resposta à população quanto à qualidade dos peixes e da água do rio, do mar (points e outros) e do lençol freático”.

A clareza de informações é indispensável para a tomada de decisões sobre as atividades a serem consideradas na matriz do turismo e na revitalização das cadeias produtivas locais. Ou bem se comprova que não há mais contaminação, com a inclusão dos atrativos ligados ao mar, ou então esses atrativos deverão ser excluídos até que a questão se resolva. Nos dois casos, no entanto, a matriz de turismo deve prever a multiplicação de atrativos e de possibilidades de desenvolvimento econômico, como por exemplo a “volta para a terra” já mencionada, a valorização dos cenários lacustres¹⁹, o desenvolvimento do “turismo de experiência”.

¹⁷ Synergia 2019, p. 154

¹⁸ Espírito Santo 2006, p. 39

¹⁹ O Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo (PDIT) para a região já indicava, em 2005, esse potencial: “os produtos turísticos que ainda são pouco divulgados, que recebem um número menor de visitantes e/ou que ainda não sejam planejados – como as lagoas de Linhares –, são aqueles que possuem as melhores condições de alavancar o turismo sustentável na região.” (Espírito Santo 2005, p. 118)

A APA

O trabalho de pré-zoneamento para a criação da APA da Foz do Rio Doce, de 2016, propôs que ela se estenda de Barra do Riacho (Aracruz) a Degredo (Linhares), com áreas terrestres e marítimas, de acordo com o mapa abaixo. Os limites apresentados no mapa não são ainda definitivos, podendo sofrer modificações em virtude de outros estudos e audiências públicas²⁰.



Fonte: H3M 2016

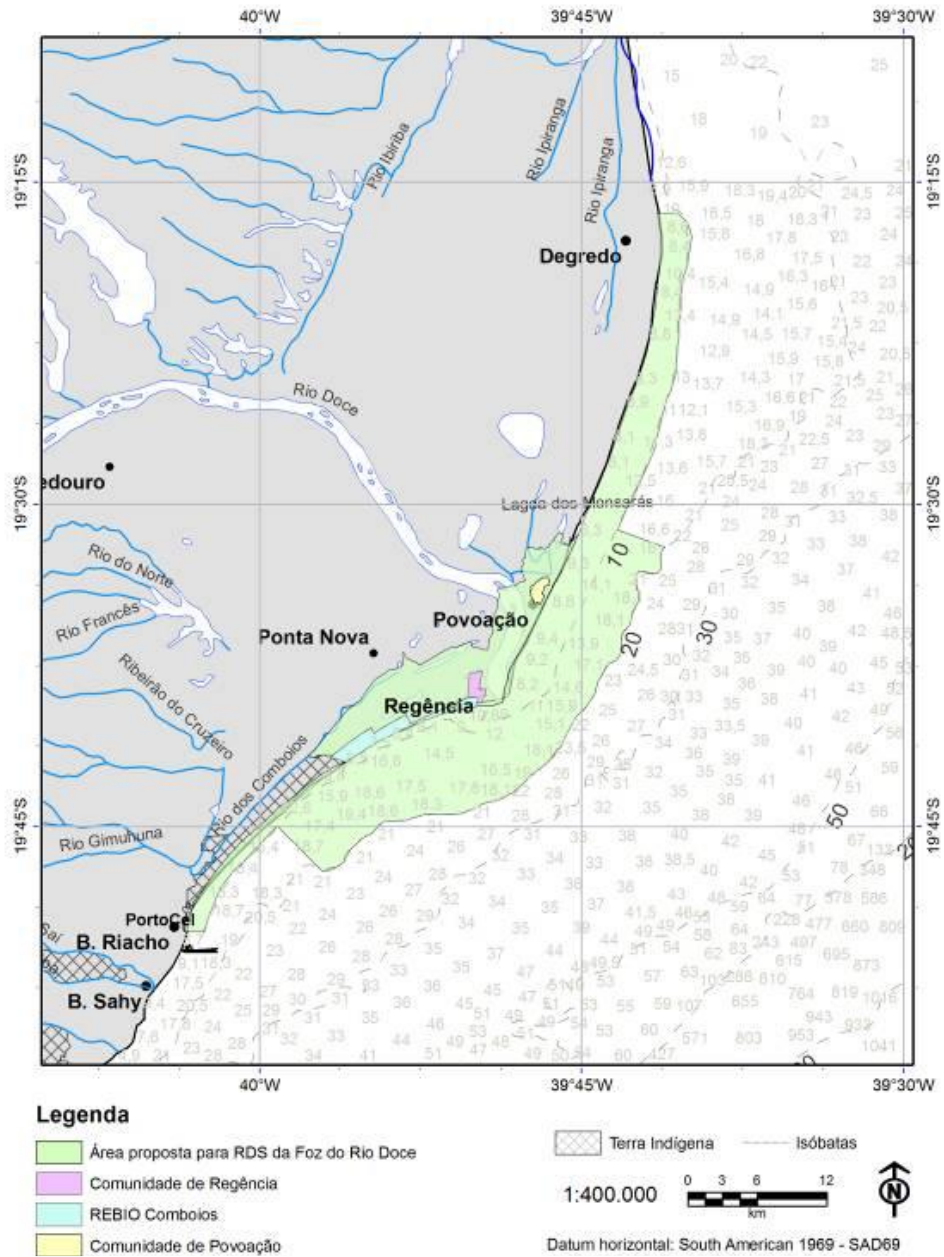
A proposta do pré-zoneamento é muito próxima, nesse ponto, de estudo realizado em 2007 por João Batista Teixeira, no âmbito da cooperação UNESCO/Cooperativa Mista de Trabalhadores Conservacionistas-CONSERVE, para criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável na Foz (imagem abaixo).

Segundo o ICMBIO, os estudos técnicos necessários para a criação da APA estão em fase de finalização. A audiência pública, também necessária, pode ser realizada ainda em dezembro de 2019. Após a audiência, se aprovada, ela fica na dependência de decreto federal.

²⁰ Art. 22. As unidades de conservação são criadas por ato do Poder Público.

§ 2º A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade. (Lei 9.985/2000)

Área proposta para núcleo da RDS da Foz do Rio Doce



Fonte: UNESCO/Conserve 2007

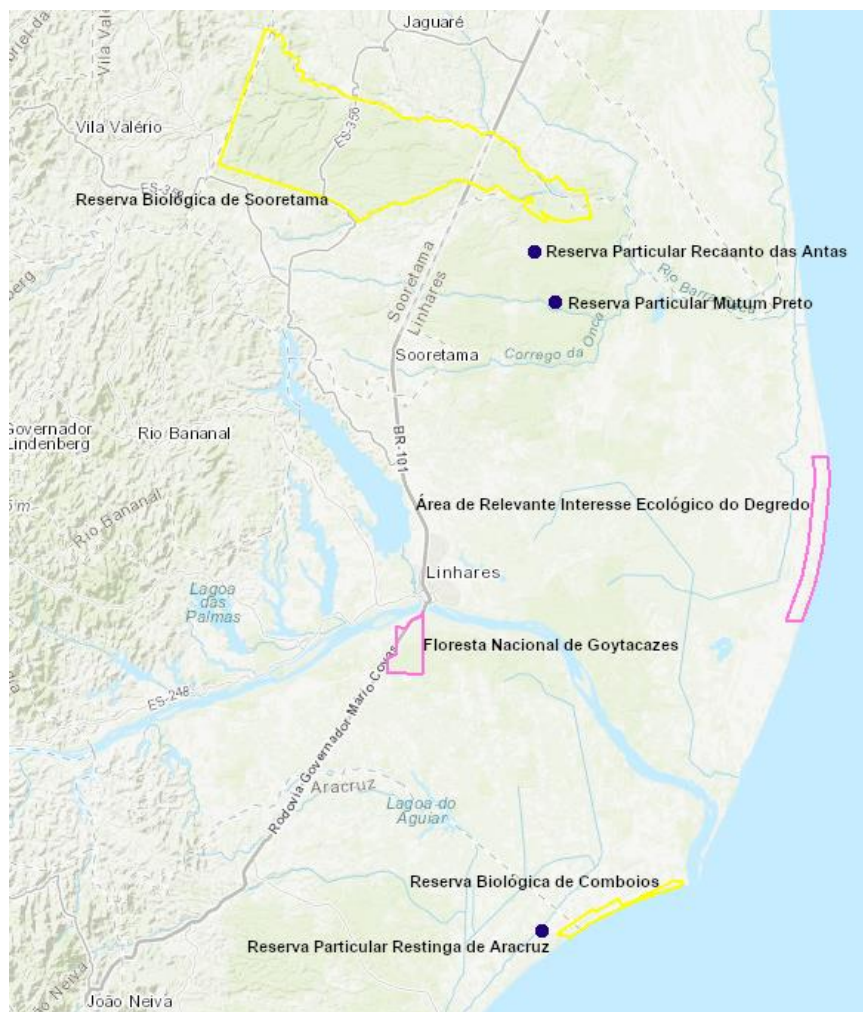
Uma vez criada, a APA da Foz do Rio Doce irá integrar a unidade mais ampla do Mosaico da Foz do Rio Doce, já instituída²¹ e composta por sete UCs.

²¹ O Mosaico da Foz do Rio Doce foi reconhecido pelo MMA em 2010, por meio da Portaria 489

Unidades de Conservação - Mosaico da Foz do Rio Doce		
ESFERA FEDERAL	ESFERA ESTADUAL	ESFERA MUNICIPAL
Floresta Nacional de Goytacazes	Área de Relevante Interesse Ecológico do Degredo	Reserva Particular do Patrimônio Natural Restinga de Aracruz
Reserva Biológica de Comboios		Reserva Particular do Patrimônio Natural Recanto das Antas
Reserva Biológica de Sooretama		Reserva Particular do Patrimônio Natural Mutum Preto

Fonte: ICMBIO

O mapa abaixo mostra as UCs do Mosaico da Foz do Rio Doce. As reservas particulares estão indicadas por pontos, sem os contornos reais.



Fontes: ICMBIO, ISA e Protected Planet - elaboração: Kairós

A APA é uma unidade de uso sustentável, que permite atividade econômica e turística. A Lei 9.985/2000 assim a caracteriza:

Art. 15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-

estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

A criação da APA pode fortalecer certos aspectos da proposta de desenvolvimento pelo turismo, em especial a repartição social dos ganhos, a integração das comunidades tradicionais, o desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis e a gestão participativa. Entre os princípios elencados pelo Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), encontram-se:

XII - repartição justa e equitativa dos custos e benefícios advindos da conservação da natureza, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, erradicação da pobreza e redução das desigualdades regionais;

XIII - desenvolvimento das potencialidades de uso sustentável das áreas protegidas;

XIV - reconhecimento e fomento às diferentes formas de conhecimento e práticas de manejo sustentável dos recursos naturais;

XVII - harmonização com as políticas públicas de ordenamento territorial e desenvolvimento regional sustentável;

XVIII - pactuação e articulação das ações de estabelecimento e gestão das áreas protegidas com os diferentes segmentos da sociedade;

XIX - articulação das ações de gestão das áreas protegidas, das terras indígenas e terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos com as políticas públicas dos três níveis de governo e com os segmentos da sociedade;

XX - promoção da participação, da inclusão social e do exercício da cidadania na gestão das áreas protegidas, buscando permanentemente o desenvolvimento social, especialmente para as populações do interior e do entorno das áreas protegidas;²²

A criação da APA da Foz do Rio Doce, por depender de audiência pública e decreto federal, não tem data certa. Independentemente disso, é recomendável que algumas ações previstas neste plano já sejam desenvolvidas no modelo adequado à APA.

A necessária adequação se aplica em primeiro lugar à governança: a APA deve dispor de um conselho participativo, que constitui sua principal instância de governança, nos termos da legislação²³. Além disso, a APA pode ter gestão compartilhada, executada por organização social²⁴. O fato de passar a integrar o Mosaico da Foz do Rio Doce

²² MMA 2011, pp. 54-55

²³ A Área de Proteção Ambiental disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser no regulamento desta Lei (Lei 9.985/2000, art. 15, § 5).

²⁴ A gestão compartilhada de unidade de conservação por OSCIP é regulada por termo de parceria firmado com o órgão executor, nos termos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. (Decreto 4.340/2002, Art. 21)

insere ainda a nova APA em uma outra estrutura de gestão, o Conselho Consultivo do próprio mosaico²⁵.

Em segundo lugar, há implicações para o plano de turismo e ao zoneamento turístico. Esses dois elementos devem ser pensados como partes da elaboração do Plano de Manejo da futura APA e o zoneamento específico que esse plano implica²⁶. Isso será feito, inclusive, em cumprimento ao artigo 182 do TTAC (grifo nosso):

A FUNDAÇÃO deverá custear ações referentes à consolidação de 2 (duas) Unidades de Conservação, quais sejam, o Parque Estadual do Rio Doce e o Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz e a elaboração e implementação do plano de manejo, bem como a construção da sede, da Área de Proteção Ambiental na Foz do Rio Doce, com área estimada de 43.400 ha, que será criada pelo PODER PÚBLICO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Entre as possibilidades das ações compensatórias, a serem definidas pela FUNDAÇÃO e aprovadas pelos órgãos gestores das Unidades de Conservação, estão a elaboração, revisão ou implementação dos Planos de Manejo das unidades de conservação ou a implementação do sistema de gestão das áreas, incluindo conselhos, monitoramento, estrutura física e equipamentos, conforme cronograma acordado entre a FUNDAÇÃO e os órgãos gestores das Unidades de Conservação.

A determinação da construção pela Fundação Renova da sede da APA, mencionada no mesmo artigo do TTAC, por sua vez, deverá ser objeto de repactuação. De acordo com informações do ICMBIO, a sede da APA ficará no TEREJ, com investimento da Petrobras (em função de condicionalidades ambientais).

O Terminal Petrolífero de Regência (TEREG), da Petrobras, foi desativado. Rebatizado de Terminal de Regeneração do Baixo Rio Doce, ele passará por uma readequação para receber um Centro de Desenvolvimento de Pesquisas, Educação, Cultura, Lazer, Economia Criativa e Ecoturismo, além da sede da APA.

O projeto, já em fase adiantada, prevê Praça de multieventos, Centro de cultura e desenvolvimento local, Centro de turismo e entretenimento, Centro de pesquisa e inovação tecnológica e ambiental, Exposição da vida marinha e Laboratório de aquaponia, segundo informações de apresentação fornecida pelo Projeto Tamar. Os recursos

²⁵ Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional. (Lei 9.985/2000 art. 26)

²⁶ XVI - zoneamento: definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz;

XVII - plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade; (Lei 9.985/2000, art. 2).

para a realização já estão garantidos pela Petrobras. A maquete virtual do projeto está apresentada na figura abaixo.

Imagem do Projeto TEREG



Foco no território

A Fundação Renova e outros atores têm financiado ações na Foz do Rio Doce. Essas ações, no entanto, são desenvolvidas em geral com foco na solução de demandas ou problemas pontuais, sem uma visão planejada de conjunto. Além da Fundação Renova foram identificadas ações da Petrobras e da Suzano (especificamente em Comboios).

Um dos pilares do plano aqui apresentado é a integração dessas diversas ações e investimentos, para a construção e fortalecimento do modelo de desenvolvimento pelo turismo. Isso vai requerer diálogo e negociação entre os diferentes atores para pactuação de objetivos comuns. É necessária uma mudança de perspectiva: em lugar de cada ator ou cada programa propor o que pode ou quer fazer, **é preciso partir da**

definição do que precisa ser feito e, a partir daí, estabelecer a atuação de cada um. O foco deve ser o território e seu plano de desenvolvimento.

No caso da Fundação Renova, alguns programas com interface direta com o presente plano estão em fase de reformulação ou redefinição de estratégias (caso por exemplo do Turismo, Promoção da Inovação, Recuperação de Micro e Pequenos Negócios, Desenvolvimento e Diversificação Econômica). É uma oportunidade para que, nessas redefinições, sejam construídas as possibilidades de atuação conjunta e integrada no território.

O levantamento das ações da Renova na região da Foz, por meio de seus diferentes programas, está detalhado no Anexo 1 deste documento. O que se verifica ali é que diversos tipos de ação podem e devem ser direcionados para o modelo do desenvolvimento pelo Turismo. Houve, por exemplo, uma série de capacitações realizadas, mas em atividades variadas que não garantem necessariamente a empregabilidade dos formados (carpintaria, alvenaria, costura) nem preocupação com uma matriz de desenvolvimento. Outro exemplo: em Turismo, cultura, esporte e lazer há uma série de intervenções paisagísticas e de reestruturação urbana que também deverão agora convergir para os objetivos deste plano. As convergências entre os programas da Fundação Renova e as ações agora propostas estão indicadas no plano, adiante.

No caso da Petrobras, há duas ações já realizadas: a fábrica de biscoitos de coco em Degredo e a sede da APAP (Associação de Pescadores e Assemelhados de Povoação). Essas realizações, em cumprimento a condicionais ambientais, são teoricamente componentes do modelo de turismo (fortalecimento de cadeias produtivas e estruturação local). Sua forma de implantação, no entanto, não responde ainda a esse objetivo. A sede da APAP não apresenta, do ponto de vista arquitetônico, preocupação com beleza, atratividade ou tradição local. É uma construção comum, com grades na janela que conferem um certo aspecto de “delegacia”.

Já a fábrica de biscoitos, sem preocupação com diferenciação ou competitividade dos produtos, depende de venda para a Prefeitura (merenda escolar) ou para a Fundação Renova, em relação à qual os fabricantes alegam dificuldades de concretizar qualquer venda. Não possui um plano voltado para o mercado. Na matriz de desenvolvimento pelo turismo, uma fábrica como essa será pensada como fornecedora local e também de produtos diferenciados para os turistas - produtos que precisam ser desenvolvidos de forma adequada, dentro de um plano de negócio.

A terceira ação da Petrobras é o já mencionado TREG, cuja integração ao plano de desenvolvimento pelo turismo é indispensável, ainda mais se abrigo a sede da nova APA da Foz do Rio Doce.

A Suzano, por sua vez, desenvolve desde 2012 o Plano de Sustentabilidade Tupiniquim e Guarani (PSTG), “conjunto de ações de longo prazo formulado por especialistas com o objetivo de restabelecer as condições ambientais necessárias para que as

duas etnias possam desenvolver atividades econômicas sustentáveis, além de afirmar sua identidade sociocultural”²⁷. Atua em Aracruz, o que inclui a aldeia de Comboios.

Dentro do PSTG há um projeto de produção de mel junto a comunidades indígenas. A produção local de mel, com a reintrodução de abelhas que já estavam praticamente extintas na região (uruçu-amarela, jataí e mandaçaia)²⁸, pode ser agregada a uma matriz de desenvolvimento pelo turismo. Note-se que o Programa de Desenvolvimento e diversificação da Economia, da Fundação Renova, firmou convênio com a Associação de Meliponicultores do Espírito Santo para retomar as atividades produtivas por meio da produção de abelha sem ferrão.

A coleta de dados para esse painel de ações na Foz revelou uma questão fundamental: a falta de organização de informações e as dificuldades de comunicação entre os diferentes atores. Não foi possível realizar, no período de desenvolvimento desse trabalho, mais do que uma única reunião inicial com a Prefeitura de Linhares. A Petrobras e o IBAMA agendaram e desmarcaram reuniões. Em nenhuma instância foi verificada a existência de informações consolidadas sobre projetos e ações desenvolvidos na Foz do Rio Doce.

Mesmo no âmbito interno da Fundação Renova esse problema existe. Nas entrevistas realizadas com técnicos de diferentes programas, verificou-se desconhecimento sobre a atuação dos outros programas. Não há uma instância de sistematização e acompanhamento do conjunto de ações dos programas da Fundação Renova na Foz do Rio Doce, o que nos parece ser uma iniciativa a ser adotada com urgência.

²⁷ <http://fibria-institucional-qa.azurewebsites.net/sustentabilidade/social/>

²⁸ <https://esbrasil.com.br/india-do-indio-2019/>

Plano

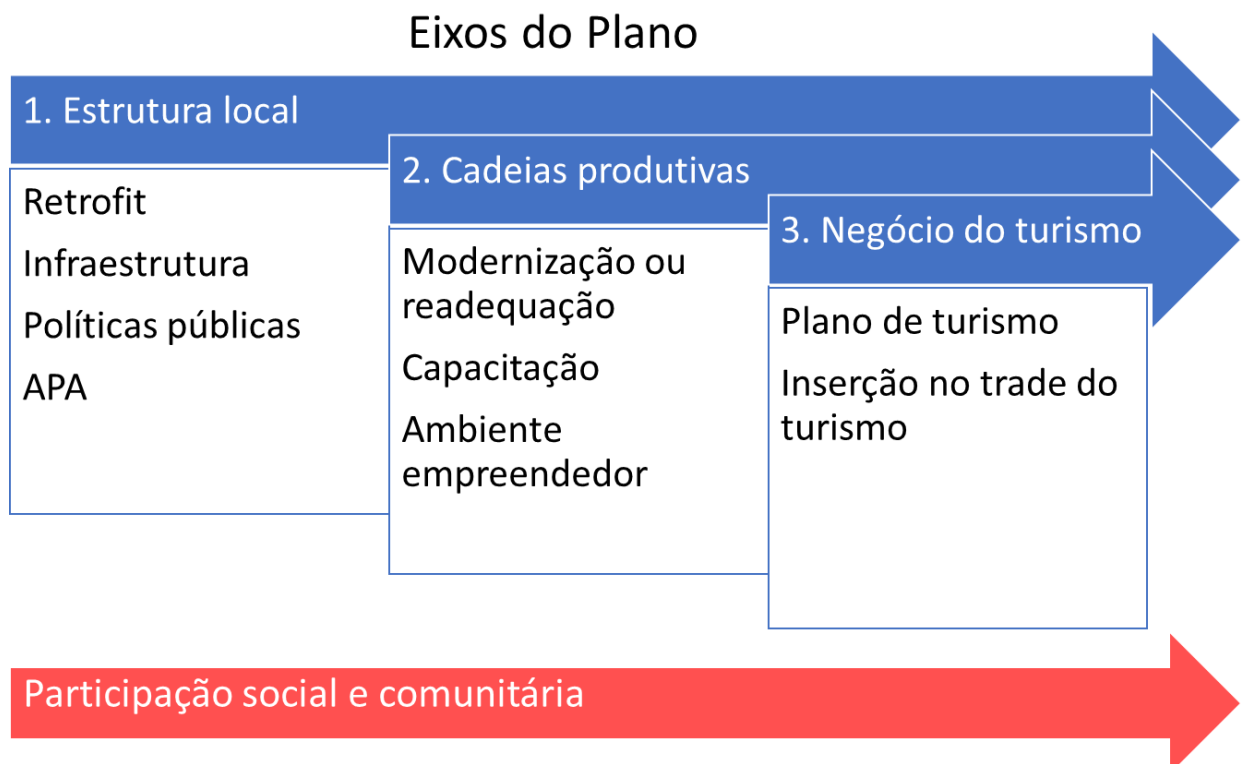
Objetivo geral

Promover o desenvolvimento social e econômico sustentável da Foz do Rio Doce pela via do turismo ecológico, cultural e esportivo, com garantia de respeito ao meio ambiente e da geração de renda e qualidade de vida para as comunidades locais.

Objetivos específicos

Os objetivos específicos constituem os resultados necessários para a realização do objetivo geral do projeto, constituindo seus eixos organizativos.

1. Estruturação local, que garanta infraestrutura e qualidade de vida aos moradores, ao mesmo tempo em que torne a Foz do Rio Doce uma região atrativa e competitiva do ponto de vista turístico
2. Potencialização ou readequação das cadeias produtivas locais, para que se tornem economicamente viáveis e geradoras de riqueza para as comunidades, conectando-se direta ou indiretamente com a atividade turística
3. Criação de estrutura locais de negócios de turismo e inserção da Foz do Rio Doce no trade de turismo



Diretrizes

O turismo a ser desenvolvido neste plano tem como diretrizes:

- Ser competitivo no mercado, integrado ao trade do turismo
- Potencializar e multiplicar, em lugar de substituir, as cadeias produtivas locais, as atividades tradicionais e os modos de vida
- Garantir que os ganhos gerados pelas atividades turísticas sejam compartilhados por toda a comunidade da Foz do Rio Doce
- Explorar de forma sustentável os recursos naturais existentes
- Apoiar de forma estruturada e permanente os empreendedores locais
- Atrair empreendedores e investimentos externos, com pactuações e regras que impeçam a expulsão ou exclusão dos moradores e empreendedores locais

Eixo 1 - Estrutura local

1.1. Retrofit urbano²⁹

O retrofit das seis vilas tem por objetivo atingir o padrão visual e ambiental de um patrimônio histórico-cultural preservado e convidativo, nas fachadas das casas, no calçamento, no passeio público, na iluminação etc., que respeite e resgate a história e as tradições locais, adotando agora as normas de acessibilidade física e comunicacional. Faz parte do retrofit a implantação de elementos necessários para a visitação turística (como centro de informação e sinalização, por exemplo). Os padrões adotados para o retrofit deverão ser aplicados a todas as intervenções e obras já previstas, cujos projetos arquitetônicos deverão ser readequados, se necessário.

1.2. Infraestrutura urbana e de acesso

Faz parte do padrão de qualidade de vida, bem como de condições esperadas de um destino turístico competitivo, a existência de serviços e condições adequados de infraestrutura na região. Isso diz respeito a saneamento básico (água, esgoto e lixo), acesso seguro às localidades e serviços de transporte.

As questões de água e esgoto já estão em fase de resolução. É preciso definir a questão da coleta e destinação de resíduos sólidos, bem como a estrutura de vias de transporte para a região e entre as vilas.

A ligação entre as vilas deverá ser feita por meio de um circuito de estradas ecológicas ou estradas parque, que contenha ainda uma forma de transpor o Rio Doce na ligação

²⁹ Utilizamos, neste ponto, parte das formulações de Petrocchi 2016, p. 15

entre Regência e Povoação. O circuito da seis vila deverá contar com um sistema de transporte coletivo, para uso dos moradores e de turistas.

1.3. Políticas públicas

A questão de educação e saúde como demandas prioritárias das comunidades nos planos elaborados participativamente. Além disso, a segurança pública, embora não apareça como prioridade imediata na Foz, já é uma questão crítica em algumas regiões³⁰. O crescimento do turismo tende a estimular ações de roubos e furtos (o que se observa em outras localidades do litoral norte, como Fundão).

São ações de responsabilidade do poder público, municipal e estadual, que contam com participação da Fundação Renova em alguns itens específicos já previstos.

1.4. APA

A criação da APA depende de finalização de estudos técnicos e realização de audiências públicas, e depois da edição de decreto federal reconhecendo a área. Para seu funcionamento são necessárias estruturas de gestão, conselho, plano de manejo e zoneamento.

Como já notamos, não é possível ter certeza sobre os prazos dessa formalização. No entanto, as ações necessárias para a APA convergem com as necessidades do modelo de desenvolvimento pelo turismo e podem ser desenvolvidas mesmo antes do reconhecimento da APA. O plano de manejo e o zoneamento que ele contém são necessidade para a organização do turismo na região, bem como as estruturas de gestão participativa.

Eixo 2 - Cadeias produtivas

2.1. Adequação e modernização de cadeias produtivas e culturas

O fortalecimento e multiplicação de cadeias produtivas garante a diversificação de ofertas turísticas e o aumento da capacidade de inclusão de setores da comunidade na matriz de desenvolvimento. Do ponto de vista das cadeias produtivas, significa desenvolver práticas e características que as tornem atrativas por sua singularidade ou qualidade – por exemplo, oferta gastronômica com pratos de ingredientes e receitas locais, hortas com certificação orgânica para fornecimento a restaurantes ou venda a

³⁰ Bairros de Linhares aparecem como os mais violentos do Estado – em fevereiro, Santa Cruz, em julho Interlagos. Linhares, São Mateus e Aracruz aparecem como municípios prioritários para o programa Estado Presente, do governo do Estado.

turistas, produtos alimentícios diferenciados de produção local³¹, artesanato mais desenvolvido etc. O apoio às cadeias produtivas locais foi considerado uma prioridade no Plano de ação desenvolvido coletivamente para Regência³².

Do ponto de vista das culturas, como comunidades pesqueiras, áreas indígenas e quilombolas, trata-se de avaliar sua inserção em circuitos de turismo cultural ou de experiência (sair para pescar junto com um pescador local, participar ou assistir a rituais ou festas tradicionais etc.). Para isso, essas comunidades precisam aderir à matriz e possuir estruturas receptivas³³.

Mesmo que essas comunidades nunca tenham sido alvo de interesse ou visitação turística, essa transformação é viável dentro de uma matriz voltada ao turismo, que os torna atrativos adicionais e mesmo com potencial de principal atrativo para determinados grupos de interesse³⁴.

Entre as cadeias produtivas a serem modernizadas e adequadas, está a estrutura de turismo, com a revitalização, reforma e ampliação da estrutura existente de pousadas, hotéis, campings, de acordo com padrões estabelecidos para o retrofit urbano.

2.2. Capacitação

Os processos de capacitação se destinam à elevação do capital humano, considerado aqui o grau de conhecimento, formação, capacitação e habilidade dos indivíduos e das comunidades. As capacitações devem ser realizadas com foco no desenvolvimento pelo turismo (hotelaria, gastronomia, organização de eventos, guia turístico e ambiental, gestão de negócios), bem como com foco nas necessidades de modernização e adequação das cadeias produtivas. Esse processo é estratégico para o engajamento e criação de perspectivas para a juventude local.

³¹ A fábrica de biscoitos de coco, em Degredo, seria uma oportunidade para esse tipo de ação, por exemplo. A questão seria produzir biscoitos diferenciados, com maior sofisticação e caracterização local, ligando essa produção às tradições de Degredo ou outros tipos de derivados do coco etc.

³² "Fomento e apoio aos grupos produtivos já existentes e em andamento: Fazer levantamento das atividades e iniciativas produtivas empreendedoras de pessoas e grupos (como grupo de costura; embutidos e defumados; fabricação de doces e compotas, outros) identificando suas dificuldades e pontos de melhorias para transformar em negócios rentáveis capazes de gerar trabalho e renda à comunidade com base na economia comunitária, solidária, criativa e sustentável, fomentando o associativismo e cooperativismo." Regência 2016, p. 5

³³ A Declaração de Ecoturismo Quebec afirma que "para a obtenção de reais benefícios ambientais, sociais e econômicos e para a prevenção e minimização de impactos negativos, é necessário que o ecoturismo e demais atividades turísticas, tenham mecanismos participativos de planejamento permitindo que as populações locais e tradicionais definam o uso de suas áreas e optem, se necessário, pela não adoção da atividade".

³⁴ Comparativamente, na periferia norte da cidade de São Paulo, áreas industriais abandonadas, visitação a quilombo e roteiros ecológicos chegam a atrair visitantes e estudiosos do exterior, em um empreendimento comunitário (Quilombaque) no qual os próprios moradores hospedam os turistas.

2.3. Ambiente empreendedor

O empreendedorismo não depende apenas da decisão, empenho e habilidade de empreendedores individuais. Ele requer a existência de um ambiente empreendedor, um “ecossistema” empreendedor, com estruturas e mecanismos de apoio e desenvolvimento dos negócios. Isso se dá por meio de incubadoras e aceleradoras (que fornecem apoio técnico e capital semente ou capital investido), bem como pela existência de acesso ao sistema bancário e de financiamento e capital de giro.

Faz parte do ambiente empreendedor o estímulo e crescimento de formas associativas e cooperativadas de empreendimento, que são formas de fortalecimento comunitário e social.

O acesso ao sistema bancário e ao crédito é um ponto crítico, que poderá ser enfrentado com a atuação do governo estadual ou federal, por meio de bancos oficiais. A estrutura de apoio e desenvolvimento do empreendedorismo, por meio de incubadoras, aceleradoras e assessorias, pode ser implantada com recursos de programas da Fundação Renova e com a atração de instituições nacionais e internacionais que hoje têm como foco o desenvolvimento do empreendedorismo.

O ambiente empreendedor é uma ferramenta para o fortalecimento da estrutura local de negócios de turismo e para a multiplicação das cadeias produtivas.

Eixo 3 - Negócio do turismo

3.1. Plano de turismo

O plano de turismo irá propor os atrativos, produtos e roteiros que tornem a região atrativa e competitiva no cenário do turismo. Ele já deve ser pensado como elemento do futuro plano de manejo da APA da Foz do Rio Doce e prever a conexão da Foz com o roteiro mais amplo do turismo ao longo do Rio Doce.

É no plano de turismo que se consolidam os diferenciais competitivos da região, a “personalidade turística” da Foz, com foco aqui proposto no turismo ecológico, cultural e esportivo.

O plano de turismo deve prever as formas de relação entre os investidores e atores externos com as comunidades e os negócios locais (o modelo de garantia de participação de empreendedores locais e das comunidades nos ganhos gerados pela atividade turística), bem como as possíveis formas de investimento e parcerias com o setor privado.

3.2. Inserção no trade de turismo

A estrutura de negócios de turismo inclui bases locais (operadoras, agências, central de reservas etc.) bem como operadores nacionais do trade de turismo. Essas diferentes bases precisam ser interligadas e atuar em conjunto para tornar o turismo uma opção economicamente viável e inserir a Foz do Rio Doce no mercado como destino competitivo.

Para isso, é preciso desenvolver diálogo e atração de investidores privados e operadores turísticos de grande porte, desde a fase de concepção do plano de turismo, ao lado dos operadores locais e comunidades.

4. Eixo transversal - Participação social e comunitária

A adoção de uma matriz de desenvolvimento pelo turismo deve ser discutida, validada e abraçada pelas comunidades locais. É necessário mobilizar e incluir setores da sociedade para a efetivação da matriz com foco turístico e para a construção do plano de turismo, bem como para a governança posterior à implantação. Devem ser consideradas aqui as especificidades das comunidades tradicionais.

A participação social e comunitária depende de mobilização e informação, para ser efetiva. Isso exige a criação de formas e canais de comunicação e divulgação eficientes junto às comunidades, bem como o desenvolvimento de diálogo e negociação com cada comunidade ou grupo específico.

5. Definições operacionais e organizativas

5.1. Financiamento e investimento

Esta linha diz respeito tanto à fase de implantação, como à fase de funcionamento da matriz de desenvolvimento pelo turismo. Ela prevê inicialmente o direcionamento dos recursos hoje destinados à Foz para as ações de constituição da matriz (recursos previstos da Fundação Renova, investimentos privados, recursos governamentais, recursos empresariais, sejam de investimento social privado, sejam de cumprimento de condicionalidades). Nesse ponto, será importante criar estímulo e condições seguras para que os moradores que receberem indenizações possam utilizar esses recursos de forma produtiva.

Tem importância decisiva a definição do custeio futuro das estruturas e serviços públicos que vierem a ser implantados na região. Isso passa por questões orçamentárias e políticas municipais que precisam ser avaliadas e pactuadas com o poder público local.

5.2. Governanças

A matriz de desenvolvimento pelo turismo implica três questões de governança:

- Governança da montagem da matriz: requer instância participativa de discussão e validação, bem como grupo executivo para coordenação e gerenciamento das ações, contando com a participação dos atores locais e de operadores e investidores externos.
- Governança dos programas da Fundação Renova: será preciso definir instância de gerenciamento no território com delegação para coordenar e supervisionar o reordenamento local das ações dos diferentes programas
- Governança do modelo de turismo em funcionamento: instância permanente para a regulação, fiscalização, manutenção e desenvolvimento da matriz de turismo. Essa governança deve ser estruturada tendo em vista a futura criação da APA da Foz do Rio Doce.

6. Estratégia de arranque

A demora na percepção de resultados das ações da Fundação Renova por parte da população e dos atores locais torna recomendável que seja adotada uma estratégia de “arranque” do Plano de Desenvolvimento, para promover a recuperação da confiança e a mobilização da sociedade em torno dos objetivos propostos.

Nesse sentido, recomenda-se concentrar recursos e esforços inicialmente no retrofit de Povoação e Regência, na infraestrutura de Areal e Entre Rios e na adequação e modernização das cadeias produtivas.

Isso permitirá entregar resultados visíveis e palpáveis em prazo mais curto, dando a largada para o processo de implantação deste Plano.

Em seguida, apresenta-se plano de ação com a descrição das ações sugeridas. Importante ressaltar que a indicação dos atores envolvidos nessa espécie de matriz de responsabilidades foi um apontamento inicial da consultoria contratada, a partir dos levantamentos, entrevistas, escopo de programa e informações disponíveis. A validação dessas interfaces e responsabilidades será realizada em agenda sequencial com todos os envolvidos.

PLANO DE AÇÕES

1. ESTRUTURA LOCAL

Retrofit	Elaborar plano estético-arquitetônico	Fundação Renova - PG 12 + PG 13 + Prefeitura
	Reformar e/ou implantar equipamentos públicos de cultura, lazer e esporte	Fundação Renova - PG 13 + Prefeitura
	Reformar e/ou implantar mobiliário urbano (bancos, portal, pontos de ônibus)	Fundação Renova - PG 13 + Prefeitura
	Reformar e/ou implantar calçadas e pavimentação (de tipo adequado à cada vila)	Fundação Renova - PG 13 + Prefeitura
	Reformar imóveis privados	Fundação Renova - PG 13 + Prefeitura + proprietários + patrocinador
	Implantar centro de informação turística	Fundação Renova - PG 13 + Prefeitura
	Implantar sinalização turística	Fundação Renova - PG 13 + Prefeitura
	Criação ou revitalização de trilhas, passarelas ecológicas e outras formas de contato com as riquezas naturais	Fundação Renova - PG 13 + Prefeitura + ICMBIO + TAMAR

KAIROS
Desenvolvimento Social

Infraestrutura	Universalizar esgotamento sanitário adequado (seja por rede de esgoto ou, a depender da localidade, fossas sépticas adequadas).	Fundação Renova - PG 31 + Prefeitura
	Universalizar acesso a água tratada, com prioridade para Areal e Entre Rios	Fundação Renova - PG 32 + Prefeitura
	Implantar coleta e destinação adequada de resíduos sólidos, com adoção de coleta seletiva	Fundação Renova - PG 31 + Prefeitura
	Pavimentação, adequação e manutenção de estradas de acesso de longa e curta distância (acessos/asfalto da ES 010 e ES 440 e estradas ecológicas entre as vilas)	Fundação Renova - PG 13 + Prefeitura + Governo do Estado
	Implantar travessia a barco do Rio Doce, entre Regência Povoação, com portos ecológicos nas duas margens	Fundação Renova + Prefeitura
	Implantar linhas de transporte público/turístico entre as vilas	Prefeitura
Políticas públicas	Reformar, modernizar e equipar a Unidade de Saúde de Regência	Prefeitura + SUS
	Implantar serviço de remoção	
	Reformar, ampliar e equipar o Centro de educação Infantil Municipal	Fundação Renova - PG 13 + Prefeitura
	Reformar, ampliar e modernizar a escola EEFM Vila Regência	
	Implantar cursos e ensino superior e técnico a distância (UFES e ou outras faculdades/universidades, Senai, Senac)	
	Implantar unidades de policiamento e atendimento ao turista	Governo do Estado
APA	Finalizar estudos técnicos	ICMBIO
	Realizar audiências públicas	ICMBIO
	Elaborar zoneamento e plano inicial de manejo	Fundação Renova + ICMBIO
	Implantar o TREG	Petrobras

2. CADEIAS PRODUTIVAS

Adequação e modernização	Realizar oficinas com as diferentes cadeias e iniciativas produtivas (agrícola, pesqueira, artesanato, alimentar) para definir as reorientações a serem feitas e necessidades de apoio (capacitações, assessorias, investimentos)	Fundação Renova - PG 6 + PG 13 + PG 15 + PG 16 + PG 17 + PG 18 + PG 19 + PG 20
	Fornecer apoio técnico e financeiro para as adequações e transformações das cadeias produtiva	Fundação Renova - PG 13 + PG 15 + PG 16 + PG 17 + PG 18 + PG 19 + PG 20
	Revitalizar, reformar e ampliar a estrutura existente de pousadas, hotéis, campings, de acordo com padrões estabelecidos para o retrofit urbano e o zoneamento	Fundação Renova - PG 13 + PG 15 + PG 19 + proprietários + investimento privado
	Criar estruturas de acesso e receptivas para roteiros histórico-culturais e turismo de experiência em comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas)	Fundação Renova - PG 3 + PG 4 + PG 13
	Criar estruturas de acesso e receptivas para roteiros com pescadores	Fundação Renova - PG 13
	Apoiar e desenvolver as manifestações artísticas e culturais locais	Fundação Renova - PG 13 + PG 18
Capacitação	Organizar programas de capacitação na área de turismo	Fundação Renova - PG 18 + PG 20
	Organizar programas de capacitação para as necessidades de adequação/modernização das cadeias produtivas	Fundação Renova - PG 18 + PG 20

Ambiente empreendedor	Criar a incubadora/aceleradora da Foz do Rio Doce	Fundação Renova - PG 15 + PG 18 + parcerias externas
	Criar linhas de crédito e capital de giro para os empreendedores locais	Fundação Renova - PG 15 + PG 18 + governo do Estado + iniciativa privada
	Apoiar técnica e financeiramente iniciativas de cooperativa, associativismo, economia solidária e outras formas de ação empreendedora coletiva	Fundação Renova - PG 18
	Implantar estruturas de apoio ao empreendedorismo e aos negócios locais (assessoria financeira, contábil, de RH)	Fundação Renova - PG 15 + PG 18

3. NEGÓCIO DO TURISMO

Plano de turismo	Elaborar plano inicial, com a personalidade turística e as principais características do destino turístico Foz do Rio Doce	Fundação Renova - PG 13
	Reunir operadores locais, trade de turismo externo e investidores para apresentar o plano inicial, avaliar possibilidades e discutir modelos de negócio	Fundação Renova - PG 6 + PG 13 + PG 15 + PG 18

Inserção no trade de turismo	Apoiar a estruturação e o funcionamento de operadores turísticos locais	Fundação Renova - PG 13 + PG 15 + PG 19 + proprietários + investimento privado
	Definir modelo de garantia de participação de empreendedores locais e das comunidades nos ganhos gerados pela atividade turística	Fundação Renova - PG 6 + PG 13
	Atrair e negociar com operadores turísticos nacionais e investidores	Fundação Renova - PG 13
	Definir roteiros, pacotes, viagens e demais características da gestão do destino	Fundação Renova - PG 13 + operadores + comunidades

4.PARTICIPAÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA		
Comunicação e participação	Implantar o site da Foz	Fundação Renova - PG 6 + PG 13
	Elaborar e distribuir material informativo	Fundação Renova - PG 6 + PG 13
	Realizar reuniões e oficinas de discussão	Fundação Renova - PG 6 + PG 13
	Implantar rádio comunitária	Fundação Renova - PG 6 + PG 13
	Implantação do CIT Regência	Fundação Renova - PG 35

5.DEFINIÇÕES ORGANIZATIVAS E OPERACIONAIS

Financiamento e investimento	Direcionar os investimentos previstos, públicos e privados, para ações de construção da matriz de desenvolvimento pelo turismo	Fundação Renova + Petrobras + Prefeitura + Governo do Estado
	Criar oportunidades para que os recursos advindos de reparações e indenizações possam ter aplicação produtiva nas atividades de turismo	
	Definir modelo de custeio dos equipamentos públicos no orçamento municipal	Prefeitura

Governança	Instituir instância participativa de discussão e validação, bem como grupo executivo para coordenação e gerenciamento das ações, contando com a participação dos atores locais e de operadores e investidores externos	Fundação Renova + Prefeitura + ICMBIO + operadores de turismo + comunidades
	Definir instância de gerenciamento da Fundação Renova no território com delegação para coordenar e supervisionar o reordenamento local das ações dos diferentes programas	Fundação Renova

KAIROS
Desenvolvimento Social

	Instituir instância permanente para a regulação, fiscalização, manutenção e desenvolvimento da matriz de turismo, levando em conta as exigências de governança da APA	Fundação Renova + Prefeitura + ICMBIO + comunidades
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------

Referências

Espírito Santo 2005 / Governo do Estado do Espírito Santo, PDIT - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Capixaba do Verde e das Águas, 2005 (<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/acervo>)

Espírito Santo 2006 / Governo do Estado do Espírito Santo, Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística - Região Verde e das Águas, 2006 (https://linhares.es.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/Plano_Regional_Verde_Aguas.pdf)

Espírito Santo 2015 / PEDEAG - Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba 2015-2030, 2015 (<https://seag.es.gov.br/pedeag3>)

H3M 2017 / H3M Soluções Ambientais e GIS, Pré - Zoneamento do entorno e da área proposta para a criação da UC (Unidade de Conservação) na região da Foz do Rio Doce, arquivo em formato eletrônico (pptx), 2017

MMA 2011 / SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e PNAP - Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, Brasília, 2011

Petrocchi 2016 / Petrocchi Consultoria, Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo - Foz do Rio Doce, arquivo em formato eletrônico (docx), 2016.

Povoação 2016 / Plano de Ações de Projetos do Programa de Sustentabilidade Comunitária de Povoação do Rio Doce, elaboração coletiva, com mediação/facilitação de Carlos Sangalia, arquivo em formato eletrônico (pptx), 2016

Regência 2016 / Plano de Ações de Projetos do Programa de Sustentabilidade Comunitária de Regência Augusta, elaboração coletiva, com mediação/facilitação de Carlos Sangalia, arquivo em formato eletrônico (pptx), 2016

Synergia 2019 / Synergia Consultoria Socioambiental, Diagnóstico e avaliação de impacto: turismo, cultura, esporte e lazer: Linhares, 2019

TAMAR 2002 / Fundação Centro Brasileiro de Proteção e Pesquisa das Tartarugas Marinhas em parceria com IBAMA - Reserva Biológica de Comboios; Associação de Moradores de Regência; Associação dos Moradores e Amigos de Povoação; Associação dos Pescadores de Regência; Prefeitura Municipal de Linhares; Associação Indígena Tupiniquins de Comboios e Fundação Nacional do Índio, Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável para as Comunidades do Entorno da Reserva Biológica de Comboios, Regência, 2002.

Anexo 1: Ações da Fundação Renova na Foz

Programas

PG01 – Cadastro e levantamento de impactos	
Ações do programa	
Cadastro Emergencial	Realizado no município de Linhares até maio de 2016 para levantamento das informações iniciais quanto ao número de atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão;
Cadastro Integrado	Instrumental oficial de coleta de dados e informações dos impactos, danos e perdas econômicas dos atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão. Utilizado também para coletar os impactos socioeconômicos do Barramento do Rio Pequeno/Lagoa Juparanã, nos municípios de Linhares, Sooretama e Rio Bananal – ES.
	Em 2016, os dados e informações coletadas no Cadastro Emergencial foram migrados para o Cadastro Integrado. Metodologia desenvolvida por Campanhas Cadastrais, tendo por referência o período em que as manifestações foram realizadas via canais de relacionamento da Fundação Renova. Campanhas 01, 02 e 03, totalizando 4.076 cadastros (atualizado em 10/06/2019).
Barramento do Rio Pequeno	O cadastro emergencial em Linhares iniciou com impactos referentes ao rompimento da Barragem de Fundão. Com a cheia da lagoa se configurou um novo tipo de impacto: inundação por conta do Barramento do Rio Pequeno. O Cadastro Integrado atuou e atualmente atua para registro desse impacto. Com 250 pesquisas realizadas e 96 portfólios concluídos (atualizado em 10/06/2019).
PG 02 - Ressarcimento e Indenização dos Impactos	
Ações do programa	
Campanha 1 e 2	Ingresso no programa 1.905 impactados com 1522 pagamentos realizados
Campanha 3	Total de cadastro finalizados para o programa 786, com 44 pagamentos realizados
AFE	5.768 pessoas atendidas

PG 03 Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida dos Povos Indígenas e comunidades tradicionais	
Ações do programa	
AFE - Degredo	Valor repassado: 1 salário mínimo por titular, cesta básica e 20% por dependente para 179 titulares
Distribuição de água - Degredo	Fornecimento de 5 litros por indivíduo, somando um total de 1.183 galões por semana e um volume de mais de 94 mil litros de água mineral por mês para 175 titulares
Estudo realizado de Componente Quilombola (ECQ),	Validado em consulta pública para mensurar os impactos do rompimento na Barragem de Mariana, sobre o componente quilombola da comunidade de Degredo.
Realizado o Plano Básico Ambiental Quilombola	Tratou de planejar as diretrizes de programas para compensar e reparar os impactos identificados no ECQ
PG 05 - Proteção Social	
Ações do programa	
Mapa da vulnerabilidade	Elaboração do Mapa de Vulnerabilidade, que além de identificar as comunidades impactadas no município aponta as possíveis vulnerabilidades instaladas e ou agravadas, pós o rompimento da barragem
Plano de Reparação em Proteção Social	Pós feito a identificação do Problema, desenho um Plano de reparação à estas famílias vulneráveis que foram impactadas com o objetivo de mitigar os impactos – Este plano define ações a serem implementadas apoiando a Política de Assistência Social do Município
Plano de trabalho e termo de Parceria para repasse de recurso para o Município	Estamos neste momento, construindo o Plano de trabalho e o Termo Jurídico para repasse de recursos para a implementações das ações definida no Plano de Reparação em 2017
Mapeamento e implementações de ações para as famílias impactadas no alagamento em função da construção do Barramento Linhares	66 famílias mapeadas, devido ao alagamento da Lagoa Juparanã e Rio Pequeno
	Aluguel de imóveis: 13
	Compensação financeira: 43
Educação financeira	Realização de 5 oficinas de educação financeiras – Projeto Papo Valor
Atendimento das famílias de Linhares	69 atendimentos, devido ao alagamento da Lagoa Juparanã e Rio Pequeno;

KAIROS
Desenvolvimento Social

Oficinas de Capacitação de Operadores de Proteção Social CRAS/CREAS	1 (uma) Oficina realizada com as equipes do CRAS e CREAS do Município para alinhamento na construção da estratégia de atendimento às famílias
PG 07 - Assistência aos Animais	
Ações do programa	
Assistência aos animais	
Remoção e Acomodação de tratamento de animais	
PG 13 - Turismo, cultura, esporte e lazer	
Ações do programa	
Diagnósticos de Impacto no Turismo, Cultura, Esporte e Lazer	Regência e Povoação
Construção de playground	Regência
Construção de playground	Povoação
Apoio ao Verão 2016/2017	Regência e Povoação
Apoio à Festa do Caboclo Bernardo	Regência
Apoio à 12ª Festa do Robalo	Povoação
Apoio ao Verão 2017/2018	Regência
Apoio ao Verão 2017/2018	Povoação
Apoio ao Circuito Nacional de Surf de Linhares	Povoação
Apoio à Festa do Caboclo Bernardo	Regência
Apoio ao Arraiá de Todos	Povoação
Apoio ao Mica Fubica	Povoação
Apoio à 13ª Festa do Robalo	Povoação
Apoio ao 4º Encontro Cultural	Povoação
Apoio ao Verão 2017/2018	Povoação
Apoio ao Verão 2018/2019	Povoação
Projeto Paisagístico de Regência (Portal, Pontos de ônibus, Portais Trilhas, Campo de Futebol)	Regência
Reestruturação Urbana (Praça, Academia ao ar livre, reforma casa do Congo, Campo de Bocha)	Regência
Passarela Ecológica de Regência	Regência
Área de Lazer e eventos	Regência
Portal Turístico e melhoria Rua/Praia	Regência
Divulgação da Foz (Site)	Aditivo em andamento
Apoio ao Circuito Nacional de Surf de Linhares	Povoação, Pontal do Ipiranga e Regência – Linhares
Apoio à Festa do Caboclo Bernardo	Regência
Apoio ao Mica Fubica	Regência
Apoio à Festa da Manjuba	Povoação

Diagnóstico de Impacto no Turismo, Cultura, Esporte e Lazer	Linhares
Reforma da Escola de Povoação	Povoação
Formação de Lideranças Jovens para Revitalização da Bacia	Linhares
PG 14 Saúde Física e mantel da População Impactada	
Ações do programa	
Levantamento de dados de morbimortalidade	Em execução
Levantamento do perfil dos serviços de saúde	concluído
Início da Avaliação de Risco à Saúde Humana	Em execução
Implantação das Equipes Territoriais Dedicadas	Em execução
Realização de atendimentos médicos em caso de necessidade ou urgência/Condições crônicas de saúde	Encaminhados para o Hospital Municipal de Referência HGL e para a Estratégia de Saúde da Família
Plano de Combate de Vetores	Em execução
Apoio atividades em Saúde Mental/Serviço Complementar	Em execução
Monitoramento da Qualidade da Água para consumo humano	Em execução
Atualizações do perfil socioeconômico e de saúde da população da avenida Beira-Rio	Em execução
PG 15 Promoção da inovação	
Ações do programa	
Pesquisa	Convênio com FAPES para lançamento de edital Agroecologia e Produção Orgânica.
PG 16 Retomada das atividades aquícolas e pesqueiras	
Ações do programa	
Apoio ao Projeto Inovapesca – Regência (Projetos da Foz)	Doação de um gerador para segurança energética do projeto Atores envolvidos: ASPER – Associação de Pescadores de Regência, Linhares (ES)
Licenciamento dos Projetos da Foz	Taxa para protocolo e documentação na Prefeitura de Linhares
	Proposta técnica para licenciamento da Miniestação de Energia Limpa e Rampa de Subida de Barcos
Operação de Fiscalização realizada pelo IBAMA	Contrato – Pagamento do aluguel de embarcações para realização das diligências
Aquaponia de Povoação	Reuniões para definição do escopo do projeto e dos participantes
	Contratação consultoria (Aquamais) para dimensionamento técnico dos tanques

	Parceria com INCAPER/FUNDAGRES
	Atores envolvidos: APAP- Associação de Pescadores e Assemelhados de Povoação, Linhares (ES)
Rampa de Subida de Barco (Projetos da Foz)	Reuniões para definição do escopo
	Contratação projeto conceitual e básico
	Implantação da rampa até fev/21
	Atores envolvidos: ASPER – Associação de Pescadores de Regência, Linhares (ES)
Miniestação de Energia Limpa (Projetos da Foz)	Reuniões para definição do escopo
	Contratação de consultoria (Tractebel) para serviços de engenharia, dimensionamento e tipo de tecnologia a ser utilizada
	Pagamento da conta de energia da ASPER até implantação da miniestação
	Atores envolvidos: ASPER – Associação de Pescadores de Regência, Linhares (ES)
Projeto Cultivando para Pescar (Deliberação 121/147)	Comunidades de Areal, Entre Rios, Regência e Povoação
Comunicação do Programa	Spot de rádio sobre área de proibição
Desenvolvimento e Fortalecimento de Empreendimentos de Base Solidária – Associativismo e Cooperativismo	Parceria entre (Pesca & E&I) – Consultoria para execução das ações de associativismo e cooperativismo junto as entidades de classes das comunidades pesqueiras
	Atores envolvidos: APAP – Associação de Pescadores e Assemelhados de Povoação, Linhares -ES
	ASPER – Associação de Pescadores de Regência – Linhares – ES
	APIGUA – Associação de Piscicultores do Guaxe, Linhares -ES
Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) - ES	Parceria com o INCAPER/FUNDAGRES para proposição de metodologia de atendimento, gestão de editais para execução
Estatística Pesqueira & Estudo de Caracterização Socioeconômica da Pesca e Aquicultura	Caracterização Socioeconômica: Identificar as interações das atividades pesqueiras e aquícolas, assim como, avaliar os aspectos sociais e econômicos do uso do recurso pesqueiro por cada pescador
	Estatística Pesqueira: Subsidiar informações da produção e valoração por municípios, tais como: tamanho da frota, modalidade de pesca, espécies-alvo e etc.
Plano de Engajamento e Participação	Plano de comunicação de curto, prazo do programa
Pacote de Contratação – Cadeia Produtiva	Execução dos estudos
	Diagnóstico Complementar e Estudo de Mercado da Cadeia Produtiva da Pesca e Aquicultura

	Estudo e Monitoramento da Percepção do Impacto na Pesca e Aquicultura e na qualidade da água bruta
	Consultoria para Proposição e Análise Técnica de Viabilidade de Projetos
PG 17 Retomada das atividades agropecuárias	
Ações do programa	
Alimentação animal - Plantio Alternado	
Alimentação animal - Silagem	100 animais ovinos sendo atendidos mensalmente com o fornecimento de silagem de milho
Reconstrução de benfeitorias e garantia	
PG 18 - Desenvolvimento e diversificação da economia	
Ações do programa	
Iniciado de Negócio na Prática	SENAI LINHARES
Armador de ferragem	SENAI LINHARES
Carpinteiro de obras	SENAI LINHARES
Eletricistas instalador Predial de Baixa Tensão	SENAI LINHARES
Eletricistas instalador Predial de Baixa Tensão	SENAI LINHARES
Instalador Hidráulico Residencial	SENAI LINHARES
Mecânico de automóveis leves	SENAI LINHARES
Mecânico Montador	SENAI LINHARES
Mecânico Montador	SENAI LINHARES
Mecânico Montador	SENAI LINHARES
Pedreiro de Alvenaria	SENAI LINHARES
Pedreiro de Alvenaria	SENAI LINHARES
Pintor de obras imobiliárias	SENAI LINHARES
Cozinha Capixaba - Modulo I (Mamão, Morango, Café, Banana e Pescado)	Escola Móvel - Regência
Carpinteiro	Escola Móvel - Regência
Pedreiro de Alvenaria	Escola Móvel - Regência
Costureiro de Vestuário - Tecido Pano	Escola Móvel - Regência
Modelagem	Escola Móvel - Regência
Cozinha capixaba - Modulo I (Café, Banana e Pescado)	Escola Móvel - Povoação
Carpinteiro	Escola Móvel - Povoação
Pedreiro de Alvenaria	Escola Móvel - Povoação
Costureiro de Vestuário - Tecido Pano	Escola Móvel - Povoação
Modelagem	Escola Móvel - Povoação
Convênio com a Associação de Meliponicultores do Espírito Santo	Retomar as atividades produtivas por meio da produção de abelha sem ferrão.
Reativação da Horta Comunitária	Fornecer gratuitamente à comunidade legumes e hortaliças – Doação de equipamentos e insumos e Contratação de mão-de-obra especializada;

Apoio a Arte – Reforma espaço de trabalho Grupo Pimenta Nativa	Potencializar grupos produtivos de artesanato e melhorias das condições de trabalho desses grupos
Convênio com a ARTE – Associação de Artesãos e Assemelhados de Regência e região	Aquisição de equipamentos, insumos, capacitação, pagamento de funcionários, aluguel da sede e despesas fixas.
Assessoria técnica do SEBRAE/ES	52 empreendimentos em Regência e Povoação
Fundo desenvolve do município de Linhares	151 empresas que tomaram crédito e 187 postos de trabalho apoiados
Cooperativismo	Capacitação prevista para o cooperativismo e a reestruturação das cooperativas para serem mais competitivas
PG 19 Recuperação de micro e pequenos negócios	
Ações do programa	
Assessoria	Prevê disponibilizar assessoramento do IEL ao comércio dos impactados, para retomada das atividades
PG 20 Estímulo à contratação local	
Ações do programa	
Cursos de capacitação	Sendo reformulado totalmente. Os cursos estão sendo repensados, pois antes eram pensados para atender à demanda da Renova. Agora pretendem ampliar para atender as demandas de outras empresas dos municípios.
PG 23 Manejo de Rejeitos	
Ações do programa	
Intervenções de engenharia	Para aumento da estabilidade das estruturas;
Remoção e destinação adequada de vegetação aquática (macrófitas) em aterro sanitário (rio Pequeno)	
Resgate, armazenamento e destinação adequada de peixes;	Local de armazenamento de peixes é o IPRAM - Instituto de Pesquisa e Reabilitação de Animais Marinhos.
Monitoramento contínuo dos parâmetros de qualidade de água nas áreas adjacentes Pequeno (à montante do barramento);	Ponto de captação principal de abastecimento público de Linhares, localizado no rio
Instalação de super-aeradores no rio Pequeno	Objetivando o aumento dos níveis de Oxigênio Dissolvido no corpo d'água e conseqüente melhoria da condição ambiental do manancial;
Instalação de um conjunto de bombas na porção à montante do barramento região;	objetivando aumentar a circulação de água no local e mitigar a proliferação de macrófitas
Intervenções de engenharia nos barramentos provisórios.	Redução dos alagamentos nas áreas no entorno das lagoas Juparanã e Nova

Remoção e destinação adequada de vegetação aquática (macrófitas) em aterro sanitário (rio Pequeno e Patrimônio da Lagoa)	
Serviço de limpeza de fossa séptica com caminhão sugador (Patrimônio da Lagoa)	
PG 26 Recuperação de áreas de Preservação Ambiental	
Ações do programa	
APP Degradadas Rio Doce e Tributários	A recuperação de aproximadamente 320 hectares nas áreas de abastecimento da Lagoa Nova
PG 31 Coleta e tratamento de esgoto e destinação de resíduos sólidos	
Ações do programa	
Custeamento da rede de saneamento básico	Recursos destinados pela Renova com gerenciamento do BANDES ainda não foram liberados para projetos apresentados pela Prefeitura por necessidade de revisão técnica.
PG 32 Melhoria do sistema de abastecimento de água	
Ações do programa	
Infraestrutrua de fornecimento de água	Manutenção e instalação de duas bombas para captação no rio Pequeno, no SAAE de Linhares (ES). Repasse à área de infraestrutura do projeto executivo da adequação na captação alternativa da Lagoa Nova, em Linhares (ES). Realização das obras de adequação do canteiro e limpeza no Barramento do rio Pequeno, em Linhares (ES). Perfuração de novo poço tubular em Regência. Estudos para elaboração dos projetos de abastecimento definitivo de Degredo, Entre Rios e Areal. Conclusão das obras de lançamento da tubulação da linha principal da adutora de Entre Rios, em Linhares (ES).
PG 35 Informação para a população	
Ações do programa	
CIT Regência	Acordo de parceria para construção do Centro de Informações Técnicas (CIT) em Regência, no terreno do ICMBio, em fase de formalização
PG 39 Unidade de conservação	
Ações do programa	

Diagnóstico de impacto

oficina de avaliação dos impactos e medidas reparatórias nas Unidades de Conservação do Espírito Santo do grupo Costeiras 1: Área de Proteção Ambiental Costa das Algas, Reserva Biológica (REBIO) de Comboios, Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) de Santa Cruz, Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) do Degredo, Parque Natural Municipal (PNM) David Victor Farina, Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Piraquê-Açú e Piraquê-Mirim, Área de Proteção Ambiental de Conceição da Barra, Área de Proteção Ambiental de Praia Mole, Parque Estadual de Itaúnas.

Obras

ITEM	LOCAL	PROJETO	STATUS	CONSIDERAÇÕES
1	REGÊNCIA	PORTAL DA CIDADE/ PORTAL DAS TRILHAS/ PONTOS DE ÔNIBUS		
		PORTAL DA CIDADE	Fase do projeto: detalhado - aprovado	Aguardando aditivo no contrato para a execução da obra (ARMS)
		PORTAL DAS TRILHAS	Fase do projeto: detalhado - aprovado	Executado
		PONTOS DE ÔNIBUS	Fase do projeto: detalhado - aprovado	Executado parcialmente. Aguardando aditivo no contrato para finalização da obra (ARMS)
2	REGÊNCIA	PASSARELAS DA PRAIA/ PRAÇA DA PRAIA/ VESTIÁRIOS		
		VESTIÁRIOS	Fase do projeto: detalhado - aprovado, exceto fundação. Sondagem: conclusão prevista em outubro/19	1. Entregue para PG e Infraestrutura RT. A qual foi elaborada com base no projeto básico a fim de dar início a contratação das obras. 2. Projeto de fundação executado considerando premissas. Aguardando execução de sondagem para validação.
		PASSARELAS DA PRAIA PRAÇA DA PRAIA	Fase do projeto: detalhado - concluído	1. Aprovação ICMBIO: indeferido 2. Cancelada pelo ICMBIO reunião agendada para alinhamento quanto ao indeferimento.
		PRAÇA DA PRAIA	Fase do projeto: detalhado - concluído	3. Projeto deverá ser reavaliado após reunião.
3	REGÊNCIA	PRAÇA DE REGENCIA		
		URBANIZAÇÃO DA PRAÇA	Fase do projeto: básico arquitetônico - em consolidação	1. Deverá ser realizado novo levantamento topográfico da área para cadastramento alterações recentes no limite das edificações ao redor e localização de caixas do SAAE.
		CASA DO CONGO	Fase do projeto: detalhado - concluído, exceto fundação. Sondagem: finalizada atividade	1. Aguardando novo levantamento topográfico da área para cadastramento alterações recentes no limite das edificações ao redor da Praça e localização de caixas do SAAE, para confirmação do local

			de campo 17/09/19	de implantação do Campo de Bocha. 2. Projeto de fundação executado considerando premissas. Aguardando execução de sondagem para validação.
		CAMPO DE BOCHA	Fase do projeto: detalhado - concluído, exceto fundação. Sondagem: será realizada em setembro/19	
4	POVOAÇÃO	PRAÇA DE POVOAÇÃO	Revisão do projeto terá início em 23/09, considerando a alteração de escopo.	Definição por parte do programa de manter nesta área apenas a área de eventos, composta de: palco, barracas e acessibilidade (rampa) entre a Praça da Igreja e área de eventos
5	POVOAÇÃO	PRAÇA DE POVOAÇÃO - NOVO TERRENO	Novo projeto conceitual terá início em 20/09.	O PG definiu o seguinte programa de necessidades para a nova área de lazer: a) quadra de volei recreativa b) rampa de skate c) academia ao ar livre d) praça de convivência (arborização, bancos, calçadas) e) quadra de futebol society
6	POVOAÇÃO	ESCOLA DE POVOAÇÃO (REFORMA DA ESCOLHA MUNICIPAL EXISTENTE)	Projeto não será implantado.	Projeto básico arquitetônico e complementares elaborado será cancelado em função da definição de construção de nova escola em novo local A nova escola faz parte do PG33.
		PORTAL DA CIDADE/ URBANIZAÇÃO DA RUA DE ACESSO À PRAIA/ ÁREA DA PRAIA		
7	POVOAÇÃO	PORTAL DA CIDADE	Fase do projeto: detalhado em desenvolvimento 2. Sondagem: prevista para outubro/19	1. Aguardando execução de sondagem para elaboração do projeto de fundação.
		RUA DE ACESSO À PRAIA	Fase do projeto: detalhado - concluído	Em função do alagamento recente da área da praia, a execução do projeto deverá ser reavaliada.

KAIROS
Desenvolvimento Social

		ÁREA DA PRAIA	Fase do projeto: detalhado - em desenvolvimento	
		PONTOS DE ÔNIBUS	Fase do projeto: detalhado - em desenvolvimento	
8	POVOAÇÃO	NOVA ESCOLA DE POVOAÇÃO COM VIÉS ECOLÓGICO (NOVO TERRENO)	Novo projeto conceitual terá início em 20/09.	O projeto será desenvolvido considerando o programa de necessidades considerado no projeto de reforma da Escola Municipal Urbana Penha Costa.